

HABEAS CORPUS Nº 514.973 - SP (2019/0166727-7)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : RUI CARLOS DA CRUZ
ADVOGADO : RUI CARLOS DA CRUZ - SP138777
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LEONARDO PEREIRA DE OLIVEIRA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LEONARDO PEREIRA DE OLIVEIRA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo que indeferiu o pedido liminar no *writ* de origem.

O paciente foi preso em flagrante em 24/4/2019, convertido em preventiva, pela prática dos delitos tipificados nos arts. 33 e 35 da Lei 11.343/06.

O impetrante argumenta, em suma, ausência de fundamentação da decisão que indeferiu a liminar, requerendo, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou a sua substituição pelas medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

Na origem, o processo n. 1500669-52.2019.8.26.0603, oriundo da 1ª Vara de Guararapes/SP, está em fase de apresentação de defesa prévia, conforme informações processuais eletrônicas extraídas do *site* do Tribunal *a quo* em 10/6/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A teor do disposto no enunciado da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, não se admite a utilização de *habeas corpus* contra decisão que indeferiu a liminar em *writ* impetrado no Tribunal *a quo*, sob pena de indevida supressão de instância.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, quando evidenciada a presença de decisão teratológica ou desprovida de fundamentação, é possível a mitigação do referido enunciado.

A decisão do Tribunal de origem que indeferiu a liminar foi fundamentada nos seguintes termos (fls. 12/15):

[...] Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado pelo Defensor Público Rui Carlos da Cruz, em favor de Leonardo Pereira de Oliveira, visando a revogação da prisão preventiva.

Relata o impetrante que o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática dos crimes de tráfico e associação para o tráfico de drogas.

No entanto, aduz que inexistem elementos concretos a justificar a

manutenção da custódia cautelar, pois a decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva é carente de fundamentação, pois não está "amparada em qualquer requisito concreto", o que configura evidente constrangimento ilegal.

Alega que não estão presentes os requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal, visto que "inexistem nos autos quaisquer elementos concretos que indiquem que o acusado, em liberdade volte a delinquir ou se evadirá do distrito da culpa, impedindo assim a aplicação da lei penar (s/c).

Argumenta, ainda, que o paciente "é primário e portador de bons antecedentes, não possuindo sequer registros de atos infracionais" e "mesmo condenado, fará jus à causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/06, com possibilidade de substituição da eventual pena privativa de liberdade por restritiva de direitos portanto "não há razão alguma para que responda a todo o processo criminal preso" (s/c).

Deste modo, pleiteia seja revogada a prisão preventiva" (s/c).

Subsidiariamente, pugna pela substituição da prisão preventiva por medidas cautelares outras, previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

Relatei.

A antecipação do juízo de mérito, na esfera do habeas corpus, requer demonstração inequívoca da ilegalidade do ato impugnado, o que não se verifica no caso.

Trata-se de paciente preso em flagrante e posteriormente denunciado como incurso no artigo 33, "caput", e ao artigo 35, "caput", ambos da Lei nº 11.343/06, porque, no dia 24 de abril de 2019, juntamente com os corréus acima mencionados, a quem se associou para a prática reiterada do crime de tráfico de drogas, tinha em depósito, para o fim de tráfico, 5 (cinco) porções de cocaína, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Prima facie, não se vislumbra qualquer irregularidade na r. decisão que determinou a segregação cautelar do paciente e demais corréus, porquanto a douta autoridade indicada coatora justificou a necessidade da medida, nos seguintes termos: [...]

Ante o exposto, seria prematuro reconhecer o direito invocado pelo impetrante, antes do processamento regular do writ, quando, então, será possível a ampla compreensão da questão submetida ao Tribunal.

Assim, indefere-se a liminar. [...]

Por sua vez, constou na decisão de prisão (fl. 18):

[...]. Trata-se de acusação de tráfico de entorpecentes, delito gravíssimo e que merece séria reprimenda, diante das consequências nefastas que causam à sociedade, seja com relação à saúde pública, onde se expõem pessoas inocentes a perderem sua integridade corporal diante do consumo de tóxicos ou então em razão das demais consequências à sociedade em geral, tal como o financiamento do crime organizado ou a prática desenfreada de delitos contra o patrimônio para a aquisição de tóxicos. Logo, percebe-se a ofensa que causa à ordem pública a concessão de liberdade provisória para quem se

vê acusado de tão grave delito. Portanto, sendo regular a manutenção da prisão processual, justificável para garantia da ordem pública, inexistem motivos para sua revogação. Necessário consignar que o fato dos indiciados serem primários, por si só, não afasta a possibilidade da prisão cautelar, ainda mais quando não se tem notícia de trabalho lícito. Ademais, **na posse dos indiciados foram encontrados 15 porções de cocaína, 24 porções de maconha, 82 ependorfs vazios, bem como outros objetos destinados ao preparo e acondicionamento dos entorpecentes.** (...) Nestes termos, CONVERTO a prisão em flagrante de JULIANO HEITOR CORREIA DA SILVA, LEONARDO PEREIRA DE OLIVEIRA E WILLIAN CRISTIANO ZALDRE JÚNIOR, qualificado nos autos, em PRISÃO PREVENTIVA, com fundamento no artigo 312, c.c. o art. 313, inciso I, ambos do Código de Processo Penal. [...]

Como se vê, expôs o decreto prisional fundamentação com esteio na quantidade de droga apreendida. No entanto, o montante apreendido – 30,22 gramas de maconha e 10,89 gramas de cocaína (fl. 12 do HC 510463/SP impetrado em favor de corréu) – não se mostra expressivo.

A Sexta Turma tem entendido que o tráfico flagrado de não relevante quantidade de drogas somente com especial justificação permitirá a prisão por risco social.

Não se tendo no tema, com a clara motivação genérica, divergência nesta Sexta Turma do Tribunal, reconheço desde já a ilegalidade arguída.

Ante o exposto, defiro a liminar para a soltura do paciente, LEONARDO PEREIRA DE OLIVEIRA, até o julgamento de mérito do *writ* de origem, que não resta prejudicado por esta decisão, o que não impede a fixação de medida cautelar diversa da prisão por decisão fundamentada.

Solicitem-se informações, em especial, sobre a situação prisional do paciente e o andamento da respectiva ação penal.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator